

**JOSÉ AFFONSO DALLEGRAVE NETO**

*Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa (FDUNL). Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, cadeira n. 28. Professor dos Cursos de Pós-graduação da PUC-PR, Unicuritiba e APEJ. Professor da Ematra IX – Escola da Magistratura Trabalhista do Paraná. Professor de Direito do Trabalho dos Cursos Telepresenciais do CERS e NTC. Professor convidado do Programa de Doutorado da Universidade de Lisboa (FDUNL). Membro-Diretor da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas. Membro da JUTRA – Associação Luso-brasileira de Juristas do Trabalho.*

# *Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho*

**6ª edição**

**LTR<sup>®</sup>**



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571  
CEP 01224-003  
São Paulo, SP — Brasil  
Fone (11) 2167-1101  
www.ltr.com.br  
Junho, 2017

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: R. P. TIEZZI  
Projeto de Capa: FABIO GIGLIO  
Impressão: ORGRAFIC

Versão impressa — LTr 5836.2 — ISBN 978-85-361-9317-5  
Versão digital — LTr 9188.1 — ISBN 978-85-361-9311-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Dallegrave Neto, José Affonso

Responsabilidade civil no direito do trabalho / José  
Affonso Dallegrave Neto. — 6. ed. — São Paulo : LTr, 2017.

Bibliografia

1. Direito do trabalho — Brasil 2. Responsabilidade  
(Direito) — Brasil I. Título.

17-05024

CDU-347.51:331.823(81)

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Responsabilidade civil : Direito do trabalho  
347.51:331.823(81)

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	17
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>PARTE I — TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA</b> .....	29
1. OBRIGAÇÃO, DEVER E SUJEIÇÃO .....	29
2. OBRIGAÇÃO, ÔNUS E RESPONSABILIDADE .....	35
3. RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL EM UMA PERSPECTIVA DINÂMICA .....	36
4. ELEMENTOS DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL .....	38
4.1. SUJEITOS .....	39
4.2. OBJETO .....	44
4.3. GARANTIA .....	49
4.4. FATO JURÍDICO .....	51
RESUMO DA PARTE I .....	52
<b>PARTE II — CONTRATO DE TRABALHO</b> .....	56
1. CONTRATO DE TRABALHO COMO FONTE DE OBRIGAÇÃO .....	56
2. CONTRATO DE TRABALHO COMO NEGÓCIO JURÍDICO .....	60
3. CONTRATO DE TRABALHO: CONCEPÇÃO ATUAL E RESISTÊNCIAS .....	65
4. REAFIRMANDO A IDEOLOGIA SOCIAL DO DIREITO DO TRABALHO .....	68
RESUMO DA PARTE II .....	69
<b>PARTE III — TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL</b> .....	72
1. CONCEITO E FUNDAMENTOS .....	72
2. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL .....	75

3. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	78
3.1. TEORIAS OBJETIVAS DO RISCO .....	86
3.2. TEORIA DO RISCO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.....	91
4. ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADES NO CONTRATO DE TRABALHO.....	95
5. INEXECUÇÃO CONTRATUAL .....	97
5.1. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR E CLÁUSULA PENAL.....	100
5.2. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS, SECUNDÁRIAS E DEVERES ANEXOS .....	102
6. ÔNUS DA PROVA À LUZ DO NOVO CPC .....	105
6.1. DISTRIBUIÇÃO ESTÁTICA E DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA.....	107
6.2. CRITÉRIOS PARA INVERSÃO DO <i>ONUS PROBANDI</i> .....	110
6.3. ÔNUS DA PROVA NA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL .....	115
RESUMO DA PARTE III .....	117
<b>PORTE IV — RESPONSABILIDADE CIVIL PRÉ E PÓS-CONTRATUAL .....</b>	<b>125</b>
1. RESPONSABILIDADE CIVIL PRÉ-CONTRATUAL .....	125
2. DISTINÇÃO ENTRE NEGOCIAÇÕES PRÉVIAS E PRÉ-CONTRATO .....	128
3. DANO PRÉ-CONTRATUAL: RESPONSABILIDADE CONTRATUAL OU AQUILIANA? .....	131
3.1. VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO E DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	134
4. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	139
5. ÔNUS DA PROVA .....	141
6. DANO PÓS-CONTRATUAL .....	143
6.1. PRESCRIÇÃO DO DANO PÓS-CONTRATUAL .....	145
6.2. ÔNUS DA PROVA.....	148
RESUMO DA PARTE IV .....	149
<b>PORTE V — ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>153</b>
1. DANO MATERIAL E MORAL.....	153
1.1. DANO EMERGENTE E LUCRO CESSANTE.....	156
1.2. CONCEITO DE DANO MORAL .....	158
1.3. INDÚSTRIA DO DANO MORAL OU DA EXPLORAÇÃO MORAL? .....	164
1.4. ENQUADRAMENTO DO DANO ESTÉTICO.....	166
1.5. DANO À IMAGEM DO EMPREGADO: CONCEITO E ENQUADRAMENTO .....	168

1.6. ENQUADRAMENTO DO DANO EXISTENCIAL E O DIREITO À FELICIDADE.....	176
1.6.1. POSIÇÕES CRÍTICAS.....	178
1.6.2. DANO EXISTENCIAL E SUA REPARAÇÃO.....	180
1.7. DANO MORAL SOFRIDO PELA PESSOA JURÍDICA .....	186
1.8. FIXAÇÃO DO VALOR DO DANO MORAL.....	190
1.9. O CARÁTER PUNITIVO DO DANO MORAL.....	195
1.10. DANO MORAL COLETIVO .....	196
1.10.1. QUANTIFICAÇÃO E DESTINO DA INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL COLETIVO .....	200
1.10.2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	202
1.10.3. DANO MORAL SOCIAL E <i>DUMPING</i> SOCIAL .....	206
2. ATO ILÍCITO E CULPA .....	212
2.1. EXCLUDENTES DE ILICITUDE: LEGÍTIMA DEFESA, EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO E ESTADO DE NECESSIDADE .....	214
2.2. GRAUS DE CULPA .....	218
2.3. ABUSO DE DIREITO .....	221
3. NEXO CAUSAL .....	224
3.1. EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE.....	227
3.1.1. TEORIA DO FORTUITO INTERNO .....	230
RESUMO DA PARTE V.....	233
<b>PORTE VI — HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS .....</b>	<b>245</b>
1. NATUREZA ALIMENTÍCIA E AUTÔNOMA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS .....	245
2. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO NOVO CPC .....	247
3. CABIMENTO DOS HONORÁRIOS PELO FUNDAMENTO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DA VÍTIMA.....	251
4. REVOGAÇÃO DA LEI N. 5.584/70 E SEUS EFEITOS .....	254
5. HIPÓTESES DE CABIMENTO DE HONORÁRIOS .....	257
6. NOVIDADES DO PROJETO DE LEI N. 6.787/2016.....	260
RESUMO DA PARTE VI .....	263
<b>PORTE VII — INDENIZAÇÃO PELA PERDA DE UMA CHANCE .....</b>	<b>266</b>
1. TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE .....	266
2. PREVISÃO LEGAL .....	268

3. QUANTIFICAÇÃO DO DANO .....	270
4. DISTINÇÃO COM A REGRA DO ART. 129 DO CÓDIGO CIVIL.....	272
RESUMO DA PARTE VII .....	274
<b>PORTE VIII — ACÚMULO E DESVIO FUNCIONAL .....</b>	<b>276</b>
1. INEXECUÇÃO CONTRATUAL .....	276
2. LOCUPLETAMENTO ILÍCITO .....	277
3. DA ILICITUDE DA ORDEM PATRONAL.....	278
4. DESEMPENHO DE ATIVIDADES AFINS OU CORRELATAS .....	279
5. DA INDENIZAÇÃO POR ACÚMULO E DESVIO FUNCIONAL .....	283
RESUMO DA PARTE VIII .....	286
<b>PORTE IX — TERCEIRIZAÇÃO, RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO, E DANO CAUSADO PELO EMPREGADO .....</b>	<b>288</b>
1. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR POR FATO DE OUTREM .....	288
1.1. PRESUNÇÃO DE CULPA DO EMPREGADOR .....	291
1.2. PLANO OBJETIVO E SUBJETIVO DA RESPONSABILIDADE .....	294
2. TERCEIRIZAÇÃO, NOVA LEI N. 13.429/17, E OS ACIDENTES DOS TERCEIRIZADOS.....	295
2.1. COMENTÁRIOS À NOVA LEI N. 13.429/17.....	300
2.2. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS, CONTRATANTE E TRABALHADOR.....	306
2.3. ACIDENTE DE TRABALHO DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS.....	312
3. REEMBOLSO DO EMPREGADOR ACERCA DO DANO CAUSADO PELO EMPREGADO.....	315
3.1. DESCONTO SALARIAL PREVISTO EM INSTRUMENTO NORMATIVO DA CATEGORIA .....	319
RESUMO DA PARTE IX .....	320
<b>PORTE X — ASSÉDIO NO TRABALHO E NO PROCESSO DO TRABALHO.....</b>	<b>329</b>
1. ASSÉDIO SEXUAL: CONCEITO E ALCANCE.....	329
2. ASSÉDIO MORAL: CONCEITO, NOMENCLATURA E ALCANCE .....	333
3. ATITUDE DOLOSA DO ASSEDIANTE E SEUS EFEITOS.....	336
4. DISTINÇÃO ENTRE ASSÉDIO SEXUAL E MORAL .....	337
5. PERFIL DO AGENTE E DA VÍTIMA NO ASSÉDIO SEXUAL E MORAL .....	339
6. ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL E A SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> .....	339
7. DO DEVER DO EMPREGADOR DE ZELAR POR UM AMBIENTE SAUDÁVEL E A PREVISÃO DA NR-17 .....	345

8. EFEITOS CONTRATUAIS DECORRENTES DA PRÁTICA DO ASSÉDIO .....	347
9. RESPONSABILIDADE DIRETA E INDIRETA DA EMPRESA .....	349
10. DANO MATERIAL E MORAL .....	352
11. PROVA JUDICIAL DO ASSÉDIO .....	355
11.1. COMPROVAÇÃO PARCIAL DOS ATOS DE ASSÉDIO. SENTENÇA <i>EXTRA PETITA</i> .....	358
11.2. A DISPENSA DA PROVA DA DOR EM CONCRETO.....	359
12. ASSÉDIO PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	360
12.1. DISTINÇÃO COM A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ .....	364
RESUMO DA PARTE X .....	367
<b>PORTE XI — AS REVISTAS ÍNTIMAS NO EXPEDIENTE DE TRABALHO .....</b>	<b>375</b>
1. O PROCEDIMENTO DAS REVISTAS ÍNTIMAS EM EMPREGADOS .....	375
2. ESPÉCIES PRATICADAS NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	377
3. CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA O PROCEDIMENTO DA REVISTA .....	380
RESUMO DA PARTE XI .....	383
<b>PORTE XII — ACIDENTE DO TRABALHO: QUESTÕES CONCEITUAIS.....</b>	<b>385</b>
1. ACIDENTE TÍPICO E DOENÇA OCUPACIONAL .....	385
2. ACIDENTE DO TRABALHO POR CONCAUSA .....	390
2.1. A CONCAUSA COMO FATOR DE REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO .....	392
3. ACIDENTES POR EQUIPARAÇÃO LEGAL .....	395
4. CUSTEIO DO SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO.....	398
5. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ACIDENTÁRIOS.....	401
6. CASO DOS AUTÔNOMOS .....	403
7. CASO DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS .....	405
8. SEGURO PRIVADO CONTRA ACIDENTES.....	409
8.1. DENÚNCIAÇÃO À LIDE DA SEGURADORA .....	411
9. (IM)POSSIBILIDADE DE COMPENSAR AS INDENIZAÇÕES.....	415
9.1. COMPENSAÇÃO DO VALOR DO SAT NA INDENIZAÇÃO JUDICIAL .....	416
9.2. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS.....	417
10. COMPETÊNCIA JUDICIAL PARA A AÇÃO ACIDENTÁRIA TRABALHISTA.....	423
10.1. A NOVA COMPETÊNCIA TRAZIDA PELA EC N. 45 .....	427

11. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....	429
12. GARANTIA DE EMPREGO DO ACIDENTADO .....	435
13. NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO E OS EFEITOS SOBRE A AÇÃO INDENIZATÓRIA .....	439
13.1. DA IMPUGNAÇÃO PELA PARTE INTERESSADA.....	442
13.2. REPERCUSSÃO DO NTEP NAS AÇÕES TRABALHISTAS ACIDENTÁRIAS .....	443
13.3. FATOR ACIDENTÁRIO PREVIDENCIÁRIO: UMA QUESTÃO DE EQUIDADE .....	445
13.4. CRÍTICAS E VANTAGENS DO NOVO SISTEMA .....	447
14. RESPONSABILIDADE PENAL DO DANO ACIDENTÁRIO .....	449
RESUMO DA PARTE XII .....	454
<b>PARTE XIII — ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL ACIDENTÁRIA.....</b>	<b>466</b>
QUADRO ESQUEMÁTICO INTRODUTÓRIO.....	466
1. DANO ACIDENTÁRIO .....	467
2. CULPA ACIDENTÁRIA (E A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA) .....	471
2.1. GRAUS DE CULPA .....	476
2.2. NORMAS REGULAMENTADORAS DO MTE .....	480
2.3. OBJETIVOS DAS NRs .....	484
3. ATIVIDADES DE RISCO (E A RESPONSABILIDADE OBJETIVA).....	488
3.1. DANOS AMBIENTAIS.....	491
3.1.1. RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA E INDENIZAÇÃO.....	492
3.2. ATIVIDADE NORMAL DE RISCO PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL.....	499
3.2.1. JURISPRUDÊNCIA SOBRE ATIVIDADE NORMAL DE RISCO .....	502
4. NEXO CAUSAL E AS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE .....	507
5. ÔNUS DA PROVA NAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS .....	517
RESUMO DA PARTE XIII .....	523
<b>PARTE XIV — INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO.....</b>	<b>532</b>
1. DANOS MATERIAIS ACIDENTÁRIOS.....	532
1.1. INDENIZAÇÃO NO CASO DE MORTE DA VÍTIMA .....	532
1.1.1. PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS POR MEIO DE PENSÃO.....	533
1.1.2. DURAÇÃO PROVÁVEL DA VIDA DA VÍTIMA.....	535
1.1.3. DEPENDENTES DO ACIDENTADO FALECIDO .....	536



1.2. INDENIZAÇÃO PELA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA .....	539
1.3. INDENIZAÇÃO PELA INCAPACIDADE PERMANENTE .....	541
1.3.1. VALOR DA PENSÃO NA INCAPACIDADE TOTAL .....	544
1.3.2. PAGAMENTO DE UMA SÓ VEZ .....	546
1.3.3. VALOR DA PENSÃO NA INCAPACIDADE PARCIAL .....	551
1.3.4. MODIFICAÇÕES SUPERVENIENTES NO ESTADO DE SAÚDE .....	554
1.3.5. AGRAVAMENTO DO DANO E DA DOENÇA OCUPACIONAL .....	557
2. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL COMO GARANTIA DA PENSÃO .....	560
3. INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL ACIDENTÁRIO .....	563
3.1. PARÂMETROS PARA O ARBITRAMENTO .....	564
3.2. FORMA DE PAGAMENTO E LEGITIMIDADE <i>AD CAUSAM</i> .....	567
3.3. DANO MORAL DOS FAMILIARES DA VÍTIMA (DANO POR RICOCHETE) .....	571
RESUMO DA PARTE XIV .....	579
<b>PORTE XV — PROVA PERICIAL E O NOVO CPC</b> .....	587
1. PROVA PERICIAL .....	587
2. INDEFERIMENTO DA PROVA PERICIAL .....	591
3. QUALIFICAÇÃO DO PERITO JUDICIAL .....	594
4. COMPROMISSO LEGAL DO PERITO E IMPUGNAÇÃO .....	596
5. NOMEAÇÃO DE MAIS DE UM PERITO PELO JUIZ .....	597
6. INDICAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO .....	598
7. LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR .....	599
8. INDICAÇÃO DE DOENÇA DIVERSA DA DIAGNOSTICADA NO LAUDO .....	603
9. PROCEDIMENTO LEGAL PARA A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA .....	605
10. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS .....	607
10.1. CABIMENTO DE DEPÓSITO PRÉVIO .....	612
10.2. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS COMO PRESSUPOSTO RECURSAL .....	613
RESUMO DA PARTE XV .....	614
<b>PORTE XIV — PRESCRIÇÃO DA AÇÃO TRABALHISTA REPARATÓRIA E ACIDENTÁRIA</b> .....	621
1. PRESCRIÇÃO E COMPETÊNCIA TRABALHISTA .....	621
2. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARA PRETENSÃO TRABALHISTA .....	623
2.1. CONCEITO DE CRÉDITO TRABALHISTA .....	625

3. PRESCRIÇÃO NAS DIVERSAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS .....	626
4. PRESCRIÇÃO DA AÇÃO ACIDENTÁRIA TRABALHISTA .....	629
4.1. INAPLICABILIDADE DO PRAZO PRESCRICIONAL GERAL (ART. 205, CÓDIGO CIVIL).....	630
5. REGRAS DE TRANSIÇÃO .....	634
6. EFEITOS DA REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL .....	637
7. DANO PÓS-CONTRATUAL E AGRAVAMENTOS DA LESÃO .....	639
8. DANOS CONTINUADOS.....	645
9. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO DANO .....	648
9.1. DIREITO ESTRANGEIRO .....	651
10. PRESCRIÇÃO DO DANO AMBIENTAL .....	653
10.1. ESPÉCIES DE DANO AMBIENTAL .....	654
10.2. DISTINÇÃO DE TRATAMENTO PARA OS DANOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS.....	657
11. DECLARAÇÃO EX OFFICIO.....	659
12. INTERRUPÇÃO, IMPEDIMENTO E SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL .....	661
RESUMO DA PARTE XVI .....	668
<b>PORTE XVII — DIRETRIZES DE CÁLCULOS DAS VERBAS INDENIZATÓRIAS FIXADAS EM JUÍZO.....</b>	<b>672</b>
1. CORREÇÃO MONETÁRIA.....	672
2. JUROS DE MORA.....	675
3. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	676
4. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA COBRANÇA DO IMPOSTO DE RENDA .....	677
4.1. IMPOSTO DE RENDA SOBRE DANO MATERIAL.....	678
4.2. IMPOSTO DE RENDA SOBRE DANO MORAL .....	680
4.2.1. A MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	683
4.3. NÃO INCIDÊNCIA DO IR SOBRE JUROS MORATÓRIOS .....	684
4.4. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA NO PROCESSO .....	686
RESUMO DA PARTE XVII .....	687
<b>PORTE XVIII — DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: INDENIZAÇÕES PELAS CRIAÇÕES E</b>	
<b>    INVENTOS DOS EMPREGADOS .....</b>	<b>691</b>
1. DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	691
2. CRIAÇÕES E INVENÇÕES DO EMPREGADO .....	694
2.1. REGULAÇÃO LEGAL DO DIREITO AUTORAL.....	695

3. DIREITOS MORAIS DO AUTOR .....	696
4. DIREITOS PATRIMONIAIS DO AUTOR .....	700
4.1. TRABALHO INVENTIVO DE SERVIÇO .....	702
4.2. TRABALHO INVENTIVO LIVRE .....	705
4.3. TRABALHO INVENTIVO CASUAL .....	705
5. NATUREZA JURÍDICA DOS PROVENTOS DO AUTOR DA CRIAÇÃO .....	708
6. COMPETÊNCIA E PRESCRIÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	710
RESUMO DA PARTE XVIII .....	712
<b>PARTE XIX — FUNDAMENTOS PARA UMA ADEQUADA E SISTEMATIZADA TEORIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA ESFERA DO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>718</b>
1. SOLIDARISMO CONTRATUAL PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	718
2. A LIMITAÇÃO DA VONTADE NO CONTRATO DE TRABALHO .....	723
3. FLEXIBILIZAÇÃO OU SOLIDARISMO CONTRATUAL? .....	725
4. O PODER PATRONAL SOBRE A PESSOA DO EMPREGADO .....	730
5. TUTELA À PERSONALIDADE DO EMPREGADO .....	733
6. A BOA-FÉ E O ABUSO DE DIREITO .....	738
RESUMO DA PARTE XIX .....	746
<b>PARTE XX — UM NOVO VIÉS PARA O ESTUDO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>751</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>757</b>
<b>ÍNDICE TEMÁTICO — ALFABÉTICO-REMISSIVO .....</b>	<b>777</b>